

EDUCAÇÃO A PARTIR DO MOVIMENTO

Jocimar DAOLIO*

Respondemos à pergunta colocada como tema central do Seminário de maneira afirmativa. Sim, nós temos o que ensinar. E o nosso referencial para defender esta posição é o da Antropologia Social, que discute, em última instância, a dinâmica cultural das sociedades. O próprio nome Educação Física remete sua compreensão para o âmbito cultural, já que supõe uma educação ou uma influência, ou uma intervenção social sobre o físico, tido como o componente natural dos homens. Em outras palavras, o homem pode viver sem as aulas de Educação Física, assim como sem as aulas de Matemática, ou Química etc, mas supõe-se que, se ele tiver Educação Física, ele será melhor do que sem ela. É o que dá para inferir a partir apenas do uso social do termo Educação Física.

É na Antropologia Social que encontramos um autor francês chamado Marcel Mauss que, já em 1935, numa Conferência, depois publicada na França em 1950 - ano de sua morte - e no Brasil em 1974, falava no conceito de Técnicas Corporais, definindo-as como "(...) *as maneiras como os homens, sociedade por sociedade, e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos*" (Mauss, 1974, v.2, p.211).

A partir desse conceito, qualquer movimento humano é um ato técnico, porque possui, segundo Mauss, tradição - é transmitido de geração a geração - e eficácia - e em algum nível ele atende às expectativas do grupo, nem que seja em nível simbólico. Em outras palavras, qualquer gesto é uma técnica corporal, porque é uma técnica cultural. Assim, todas as pessoas possuem técnicas corporais, embora a grande maioria não se mostre consciente em relação a elas, achando que são gestos naturais. Além disso, as técnicas corporais apresentam-se diferentemente de sociedade para sociedade e ao longo do tempo, já que expressam formas específicas de uso do corpo. Uma vez que os homens são diferentes culturalmente, o uso que eles fazem do corpo, obviamente, também refletirá essas diferenças¹.

Ora, se todo movimento é técnico, não podemos falar numa técnica considerada perfeita, ou correta, ou melhor, senão num contexto e numa situação devidamente delimitados. E notem que a Educação Física brasileira, historicamente, sempre falou isso. Ela sempre defendeu - e ainda defende - o ensino de uma técnica para o saque por cima, ou da técnica da bandeja, ou da técnica do salto em altura, ou da técnica do nado de costas, elegendo alguns movimentos como melhores, e desconsiderando outras formas de expressão corporal.¹

A Educação Física sempre buscou, e exigiu de seus alunos, a eficiência, quer seja ela biomecânica, fisiológica ou em nível de rendimento esportivo. Ao buscar essa eficiência, desconsiderou a eficácia simbólica, ou seja, as maneiras como os alunos lidam, culturalmente, com as formas de ginástica, as lutas, os jogos, as danças e os esportes. Eficácia que pode, algumas vezes, não funcionar em termos biomecânicos, fisiológicos ou de rendimento esportivo, mas que é a forma cultural como os alunos utilizam as técnicas corporais.

Falar em eficiência implica em pensar no fim, no resultado, no produto final. Falar em eficácia simbólica implica em considerar o processo, o meio. Por isso estamos preferindo falar, ao invés de eficiência, em eficácia simbólica.

Um exemplo pode esclarecer esta questão da eficácia simbólica. Todos aqui, por certo, já observaram em propagandas de pré-escola a ênfase em atividades como o Judô e o Balé. A despeito de todos os malefícios que uma iniciação precoce de Judô e Balé possa causar às crianças, as escolas preferem utilizar estes termos ao invés de Educação Física. O motivo é evidente: Judô e Balé, no universo simbólico dos pais

* Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

de alunos, são as atividades mais relevantes do que Educação Física. Elas são dotadas de uma alta eficácia simbólica.

Nessa linha de raciocínio, que rapidamente estamos desenvolvendo, pode-se dizer que a Educação Física escolar não deve colocar como seu objeto o ensino de uma técnica considerada eficiente, já que, ao fazer isso, pode estar desconsiderando as formas culturais características do grupo alvo de um determinado programa.

A função da Educação Física, e aqui voltamos à pergunta colocada como tema deste Seminário, deve ser a de propiciar que os alunos, se quiserem, adquiram e pratiquem a técnica eficiente. A Educação Física escolar não deve se colocar como aquela que escolhe qual a técnica que deve ser ensinada, mas deve ter como papel oferecer a base motora necessária a partir da qual o aluno pode praticar ou não a técnica eficiente.

Em outros termos, a função da Educação Física escolar não é, a nosso ver, ensinar o Basquetebol, ou o Voleibol, ou o Handebol, mas utilizar atividades valorizadas culturalmente num dado grupo para proporcionar uma base motora que permita ao aluno, a partir da prática, compreender, usufruir, criticar e transformar as formas de ginástica, as danças, as lutas, os jogos e os esportes, elementos da chamada Cultura Corporal ou Cultura Física.

Vejam que estas idéias aqui expostas não são totalmente novas. Uma obra recente abordou o tema da Cultura Corporal. Trata-se da "Metodologia do Ensino de Educação Física", de 1992, assinada por um Coletivo de Autores. Nessa obra, os autores colocam como papel da Educação Física escolar a "*(...) reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal (...)*" (p.38).

Se estivessemos numa abordagem desenvolvimentista, ao falarmos de uma base motora, poderíamos estar nos referindo a padrões de movimento, definidos por Magill (1987) como "*(...) os elementos ou componentes básicos do movimento, que podem ser generalizados para as necessidades específicas de uma habilidade motora particular.*"(p.12). Entretanto, a abordagem desenvolvimentista, embora ofereça subsídios para se discutir esta questão da base motora, não considera - e nem tem esse objetivo - as especificidades sociais, que fazem com que cada grupo utilize e represente o corpo de formas diferentes. É justamente esse aspecto que nos desvia desta abordagem.

Talvez alguém conclua precipitadamente que estamos defendendo uma Educação Do Movimento. Entretanto, Tani et alii (1988) já afirmavam que "*(...) o movimento é uma condição necessária, mas não suficiente para a ação*" (p.112), e que a Educação Física teria que avançar no sentido de superar sua tendência em promover gestos repetitivos e mecânicos, na famosa suposição de quanto mais, melhor.

Não estamos defendendo uma Educação Do Movimento, nem estamos no pólo contrário da Educação Pelo Movimento. Aliás, Betti (1992), num feliz artigo intitulado "Ensino de primeiro e segundo graus: Educação Física para quê?" buscou, e na nossa opinião conseguiu, superar essa falsa questão da Educação Do e Pelo Movimento. Para ele, "*(...) a Educação Física passa a ter a função pedagógica de integrar e introduzir o aluno de 1o. e 2o. graus no mundo da cultura física, formando o cidadão que vai usufruir, partilhar, produzir, reproduzir e transformar as formas culturais da atividade física (...)*" (p.285).

Buscando também superar essa dicotomia entre a Educação Do Movimento e Pelo Movimento, Mariz de Oliveira (1991) propôs a Educação Para o Movimento, no sentido do "*(...) entendimento e compreensão da importância do movimento para o ser humano no seu cotidiano como um todo (...)*" (p.8).

Tani (1991), além de considerar a Aprendizagem Do e Pelo Movimento, sugeriu ainda a Aprendizagem Sobre o Movimento, de caráter mais teórico, e defendeu sua implantação no 2o. grau. Segundo ele, a Aprendizagem Sobre o Movimento consistiria na "*(...) aquisição do corpo de conhecimentos racionais e objetivos sobre o movimento humano*" (p.67).

Não pretendemos cair num jogo de palavras, muitas vezes árido e sem sentido, mas gostaríamos de defender um outro termo. Ao invés de educação Do, Pelo, Para ou Sobre o Movimento, queremos propor a EDUCAÇÃO A PARTIR DO MOVIMENTO. Desse ponto de vista, trabalha-se com o movimento humano, porém, não se restringe somente a ele. Em outras palavras, com esse termo não se prescinde do objeto de estudo da Educação Física, que é o movimento humano; nem se limita a ele, dando a idéia de algo que parte dele e vai além dele. Dessa forma, não se fica restrito também a uma, ou algumas formas de movimento de uma determinada modalidade esportiva que o professor elege como a melhor.

Pressupõe-se uma base motora, a partir da qual o aluno pode praticar qualquer atividade da Cultura Corporal.

Esse ponto de vista permite traçar um paralelo com as outras disciplinas. Podemos tomar a Matemática como exemplo: ensina-se os conceitos básicos sobre números, operações, conjuntos etc e, a partir daí, desenvolve-se outros conceitos mais amplos, culminando com o próprio raciocínio matemático, que será útil para o aluno não só nos anos escolares seguintes, como na sua própria vida após a escola.

Estas idéias foram ficando mais inteligíveis para nós quando da elaboração da Proposta de Educação Física da CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas) para a rede estadual de 2o. grau, da qual participamos como assessor. Esta proposta foi para a rede, numa versão preliminar, em meados de 1992 (São Paulo, 1992).

Na elaboração da proposta, partimos da seguinte constatação: a Educação Física no 2o. grau está acabando, tanto na rede pública quanto na rede privada. Algumas escolas dispensam os alunos das aulas, outras escolas particulares substituem as aulas de Educação Física por outras tidas como mais sérias, os próprios alunos "fogem" das aulas, etc.

Foge dos limites deste trabalho analisar as causas que históricas que fizeram com que a Educação Física escolar no Brasil tivesse como paradigma a aptidão física, e assumisse o caráter de atividade. O fato atual é que se a Educação Física for encarada como atividade ao longo do 1o. grau, no 2o. grau ela não vai ter sentido mesmo. Se a Educação Física no 1o. grau coloca como sua meta o ensino de habilidades necessárias para a prática do Voleibol, Basquetebol e Handebol, uma vez conseguido isto na 8a. série, ela não tem mais nada a fazer no 2o. grau. De fato, em termos unicamente motores, os alunos de 8a. série, com 15, 16 anos, já estão praticamente "prontos"

Foi a partir dessa constatação que nós, assessores e equipe da CENP, percebemos que a Educação Física tem que partir do movimento em si, que se constitui na própria especificidade da área, mas tem que ir além disso, buscando a crítica e a autonomia dos alunos em relação às questões da chamada Cultura Corporal ou Cultura Física.

Não estamos afirmando que a proposta da Educação A Partir Do Movimento só serve para o 2o. grau, nos mesmos moldes da proposta de Tani (1991) da Aprendizagem Sobre o Movimento. Estamos dizendo que a discussão sobre o 2o. grau é fundamental para se definir o papel da Educação Física na escola como um todo e para a própria revisão do seu caráter de atividade desde o 1o. grau. Neste nível, essa percepção é um pouco mascarada pela possibilidade e relativo sucesso de uma Educação ou Aprendizagem do Movimento. Ou seja, os objetivos podem ser tratados nesse nível: o professor coloca como sua função o ensino de habilidades esportivas e essas metas, de maneira geral, são alcançadas. No 2o. grau, coloca-se a seguinte pergunta: mas para que servem as habilidades esportivas se não forem visando inserir o aluno na Cultura Corporal, a fim de que ele possa participar dela, apreciá-la, criticá-la e, principalmente, transformá-la?

Concluindo, voltamos à pergunta inicial. Temos o que ensinar? Sim! Ensinamos e desenvolvemos, inicialmente, uma base motora, necessária para a prática de atividades mais complexas, tais como a dança, os jogos e os esportes. Deve haver uma ênfase inicial na exploração de movimentos, na descoberta de novas expressões corporais, na sua execução das mais variadas formas e ritmos, no domínio do corpo para a realização de uma ampla gama de movimentos. Pretendemos que o aluno drible com bolas de diferentes tamanhos e pesos, em vários ritmos, com desvios, com marcação, etc. Pretendemos que o aluno rebata a bola, com uma mão, com as duas, com o pé, com outras partes do corpo, etc. Pretendemos que o aluno corra, salte, transporte, lance, finte, conduza. Enfim, que ele tenha pleno controle do corpo, sem e com elementos.

Falar em base motora é fundamental num momento em que observamos uma falta geral de conhecimento e domínio do próprio corpo. As pessoas correm de uma maneira e numa velocidade que pode estar fazendo mal a elas. As pessoas jogam nos clubes, parques e praias, utilizando o corpo de uma forma que propicia lesões. Muitas pessoas têm pavor da água e não sabem nadar. Outras não tem coordenação motora para usufruir de atividades físicas de lazer, e ficam alijadas dessas experiências.

Poderíamos ficar dando vários exemplos da falta do que estamos chamando de uma base motora necessária para qualquer pessoa. Percebam que esta base motora inclui o conhecimento a respeito dos

elementos da Cultura Corporal. Muita gente desconsidera uma modalidade esportiva, simplesmente por não entender suas regras. Outras pessoas não gostam de dança porque nunca foram estimuladas e educadas para isso.

Os esportes, os jogos, ou as danças, são os momentos ou os meios onde os alunos vão sintetizar toda essa base motora. São ilustrações e não rígidos objetivos a serem seguidos. Pode ser o basquetebol, ou o voleibol, ou uma dança regional. A escolha vai depender do grupo, do bairro, da cidade e da própria comunidade, que elege suas atividades mais significativas. Não cabe ao professor fazer isso, nem à Educação Física, enquanto área acadêmica. Quem disse que o Voleibol, para citar somente um exemplo, é sempre bom e necessário para um determinado grupo?

A partir dessa base motora, nas séries finais do 1o. grau e no 2o. grau, e com a capacidade que os alunos possuem em termos de pensamento abstrato, hipotético, é possível ampliar os objetivos da Educação Física. O professor, juntamente com os alunos, poderá eleger temas de estudo e aplicação, que serão desenvolvidos tanto na teoria quanto na prática. Esses temas serão relevantes para o grupo e não apenas para o professor.

Como exemplo, podemos citar o Futebol. Este tema permite o estudo teórico da história desse esporte no Brasil, suas implicações sociais, o preconceito inicial contra jogadores negros, a questão da violência das torcidas, as modificações das regras ao longo do tempo, a evolução dos conceitos táticos, as conquistas brasileiras, a criação do Futebol de Salão, etc. E permite também a prática do Futebol através de um campeonato interno, que pode ser organizado e arbitrado pelos próprios alunos, sob a supervisão do professor. Não se trata de ensinar o Futebol em si, mas de, a partir dele, praticar, pensar, criticar, organizar, apitar, enfim, participar com autonomia da Cultura Corporal. Notem bem que nessa proposta não é necessário ser um exímio praticante para ter acesso à Cultura Corporal relativa ao Futebol. Da forma como vem sendo feito, só os que são hábeis jogam Futebol. Os que não são, não têm chances e, via de regra, acabam detestando este esporte.

As reflexões aqui explicitadas pretendem contribuir para uma prática de Educação Física escolar que considere, num sentido mais amplo, o contexto sócio-cultural onde ela se dá, e, num sentido mais específico, as diferenças existentes entre os alunos e os grupos de alunos. Só assim será garantido e exercido o direito de todos e de cada um à prática de Educação Física.

NOTAS

1. Já tratei com detalhes da questão do uso da técnica pela Educação Física em minha Dissertação de Mestrado (Daolio, 1992) e num artigo na Revista Brasileira de Ciência e Movimento (Daolio, 1993). Os dois trabalhos estão citados nas Referências Bibliográficas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETTI, M. Ensino de primeiro e segundo graus: educação física para quê? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.3, n.2, p.282-7, 1992.
- DAOLIO, J. **A representação do trabalho do professor de educação física na escola: do corpo matéria-prima ao corpo cidadão**. São Paulo, 1992. 97p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Educação Física, Universidade de São Paulo.
- _____. O significado do corpo na cultura e as implicações para a educação física. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v.7, n.4, 1993.
- MAGILL, R.A. **Aprendizagem motora: conceitos e aplicações**. São Paulo, Edgar Blucher, 1987.
- MARIZ DE OLIVEIRA, J.G. Educação física escolar: construindo castelos de areia. **Revista Paulista de Educação Física**, v.5, n.1/2, p.5-11, 1991.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974. v.2.
- METODOLOGIA do ensino de educação física. São Paulo, Cortez, 1992.
- SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Proposta curricular para o ensino da educação física: 2o. grau**. São Paulo, SE/CENP, 1992.

- TANI, G. Perspectivas para a educação física escolar. **Revista Paulista de Educação Física**, v.5, n.1/2, p.61-9, 1991.
- TANI, G. et alli. **Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. São Paulo, EPU/EDUSP, 1988.